Espaço em Revista
ISNN: 1519-7816 v. 19, n. 2, jul./dez. 2017. p. 17-35

IMPACTOS DO AGRONEGÓCIO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS SOBRE O CAMPESINATO EM GOIÁS

Altacir Bunde
Professor do curso de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa Unipampa/*Campus* de Santana do Livramento (RS).
E-mail: altacirbunde@unipampa.edu.br

Marcelo Rodrigues Mendonça
Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG.
E-mail: ufgmendonca@gmail.com

Resumo: O *desenvolvimento* do agronegócio dos agrocombustíveis vem causando grandes impactos sobre o campesinato em Goiás. São inúmeras as contradições em todo o processo produtivo do etanol, especialmente no que diz respeito à produção da matéria-prima para sua fabricação, a cana-de-açúcar. Diante disso, o objetivo deste artigo é compreender e apreender os impactos causados pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas, no estado de Goiás. No que se refere aos procedimentos metodológicos foram percorridos as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental e c) pesquisa de campo. Como resultado, observamos que a apropriação e/ou tentativa de apropriação do espaço, a territorialização, pelo agronegócio dos agrocombustíveis, em Goiás, através da expansão da plantação de cana-de-açúcar, provoca, portanto, a luta por frações do território e a resistência à territorialização deste capital.
Palavras-chave: Agronegócio. Agrocombustível. Campesinato. Espaço. Território.

IMPACTOS DEL AGRONEGOCIO DE LOS AGROCOMBUSTIBLES SOBRE EL CAMPESINADO EN GOIÁS

Resumem: El desarrollo del agronegocio de los agrocombustibles está causando grandes impactos sobre el campesinado en Goiás. A partir de esto surgen inúmeras contradicciones en todo el proceso productivo del etanol, especialmente en lo que cerne la producción de materia-prima para su fabricación, la caña-de-azúcar. El objetivo de este artículo es comprender y aprehender los impactos causados por la expansión del área plantada con caña de azúcar sobre las familias campesinas en el estado de Goiás. En lo que se refiere a los procedimientos metodológicos se han recorrido las siguientes etapas: a) investigación teórica; b) investigación documental y c) investigación de campo. Como resultado, observamos que la apropiación y/o tentativa de apropiación del espacio, la territorialización, por el agronegocio de los agrocombustibles, en Goiás, a través de la expansión de la plantación de caña-de-azúcar, ocasiona contradicciones que se expresan en la lucha por fracciones del territorio y en la resistencia a la territorialización de este capital.
Palavbas clave: Agronegocio. Agrocombustible. Campesinado. Espacio. Territorio.

1 Introdução

No período recente, devido às *crises climáticas* e à relativa proximidade do "fim do petróleo", o capital encontrou no campo brasileiro, mais especificamente no agronegócio dos agrocombustíveis, uma nova oportunidade para realizar e ampliar ainda mais a sua acumulação. Como resultado, no estado de Goiás, vem ocorrendo um reordenamento territorial e produtivo em frações do território goiano, provocado pela expansão da área

plantada de cana-de-açúcar que tem como origem o aumento na demanda do mercado externo e interno por açúcar, o aumento do consumo interno de etanol hidratado como combustível para veículos automotores e a adição de álcool anidro à gasolina.

O *desenvolvimento* do agronegócio dos agrocombustíveis vem causando grandes impactos sobre o campesinato. É este o objetivo deste artigo: compreender e apreender os impactos causados pela expansão da área plantada com cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas, no estado de Goiás. Assim posto, este artigo que ora apresentamos é parte do último capítulo da dissertação intitulada "Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás". Com esta pesquisa buscou-se apreender, compreender e apontar alguns elementos para a reflexão sobre as diversas contradições geradas pelo agronegócio dos agrocombustíveis e seus impactos para o campesinato em Goiás. Para isso, foram utilizadas algumas categorias de análise da Geografia, tais como espaço, território e territorialidade, situando-as no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

No que se refere aos procedimentos metodológicos que foram adotados para buscar informações e/ou respostas às questões apresentadas na problematização desta pesquisa, foram percorridos as seguintes etapas: a) pesquisa teórica; b) pesquisa documental e c) pesquisa de campo. Esse estudo é uma tentativa de *desvendar* o que, de fato, existe por detrás do discurso do desenvolvimento, ou seja, identificar e compreender as suas contradições que atingem principalmente a vida no campo e o campesinato.

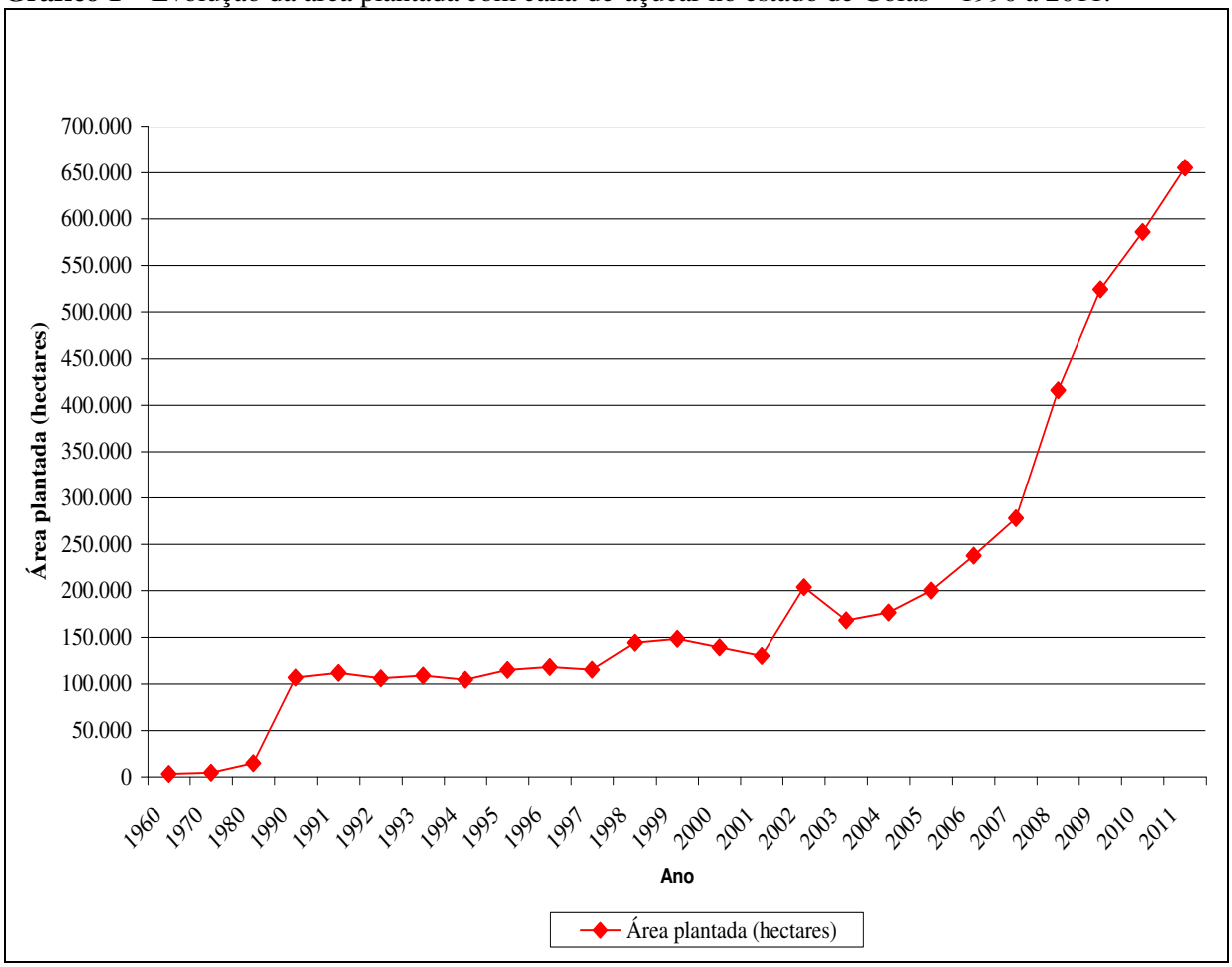
2 O agronegócio dos agrocombustíveis no estado de Goiás

O início da plantação de cana-de-açúcar no estado de Goiás, para a produção de etanol, deu-se no início nos anos de 1980, após a criação do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), em 1975. Com a expansão avassaladora da área plantada com cana-de-açúcar no Centro-Sul do país, nos últimos anos, no estado de Goiás, por ele possuir condições de solo e clima favoráveis à cultura, às quais se associaram outros fatores, que vão desde a logística até às políticas públicas, nacional e estadual, começa-se também a expandir a plantação da cana, principalmente após o ano de 2004, quando, de 176.328 hectares plantados, saltou-se para 655.201 hectares, na safra 2010/2011. Um aumento de 372 % em apenas sete anos. O Gráfico 1 mostra essa expansão.

Outro elemento importante a considerar em relação à área plantada com cana-de-açúcar é a sua localização. Seguindo os critérios de divisão adotados pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Goiás possui dezoito microrregiões geográficas.

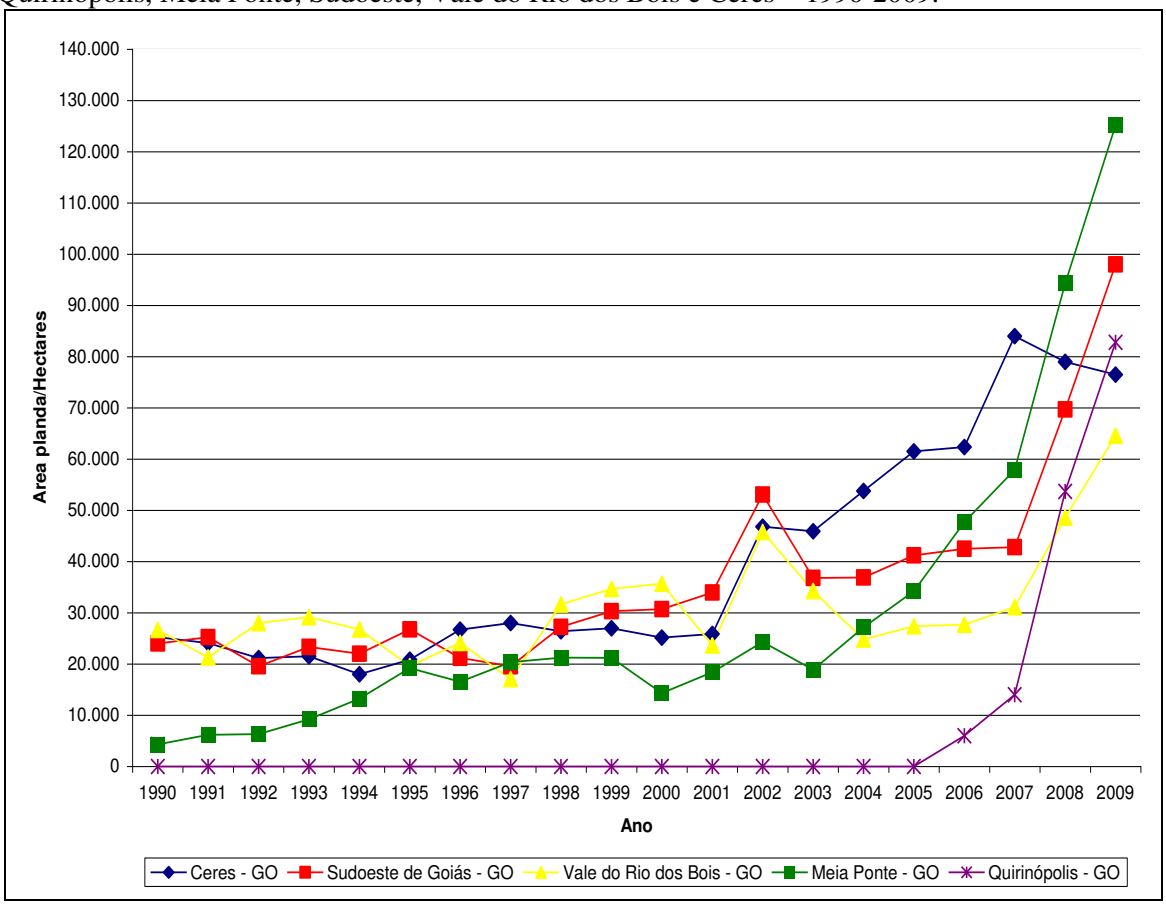
Gráfico 1 – Evolução da área plantada com cana-de-açúcar no estado de Goiás – 1990 a 2011.



Fonte: Bunde, A. 2011, elaborado a partir de dados do IBGE - Produção Agrícola Municipal; CANASAT.

Destas dezoito, cinco, segundo dados da Produção Agrícola Municipal, série histórica, do mesmo órgão, concentram a plantação de cana. São elas: Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Ceres. A plantação de cana-de-açúcar dessas cinco microrregiões (Meia Ponte, 24%; Sudeste de Goiás, 19%; Quirinópolis, 16%; Ceres, 15% e, Vale do Rio dos Bois, 12%) representa 86% de toda a cana plantada no estado. O Gráfico 2 mostra como vem ocorrendo este aumento na área plantada com cana nestas microrregiões.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada (em hectares) com cana-de-açúcar nas Microrregiões de Quirinópolis, Meia Ponte, Sudoeste, Vale do Rio dos Bois e Ceres – 1990-2009.



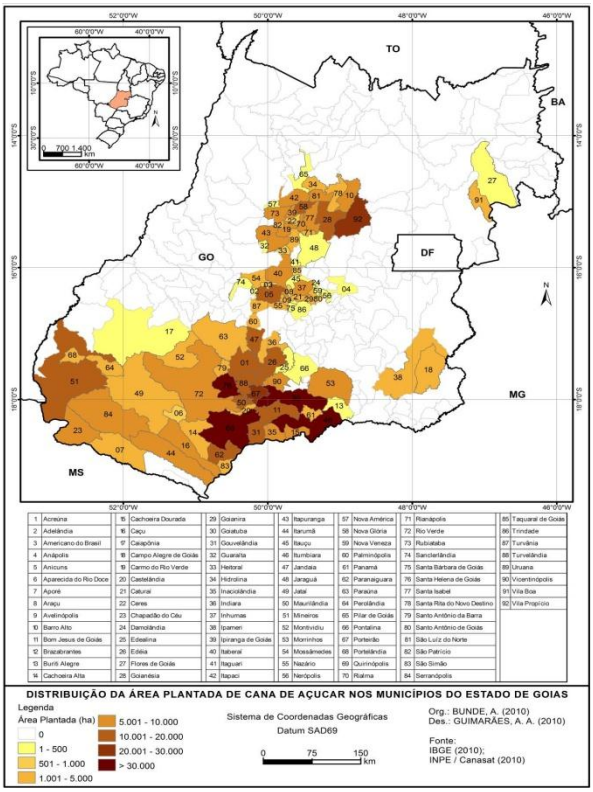
Fonte: Bunde, A. jan., 2011, elaborado a partir de dados do IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Os maiores produtores, na safra 2010/11, segundo dados do canasat,[1] e que possuem área plantada superior a 30 mil hectares, são os municípios de Goiatuba, com 33.039 ha; Itumbiara, 34.208 ha; Santa Helena de Goiás, 36.674 ha e Quirinópolis, com 43.502 ha, o maior produtor do estado.

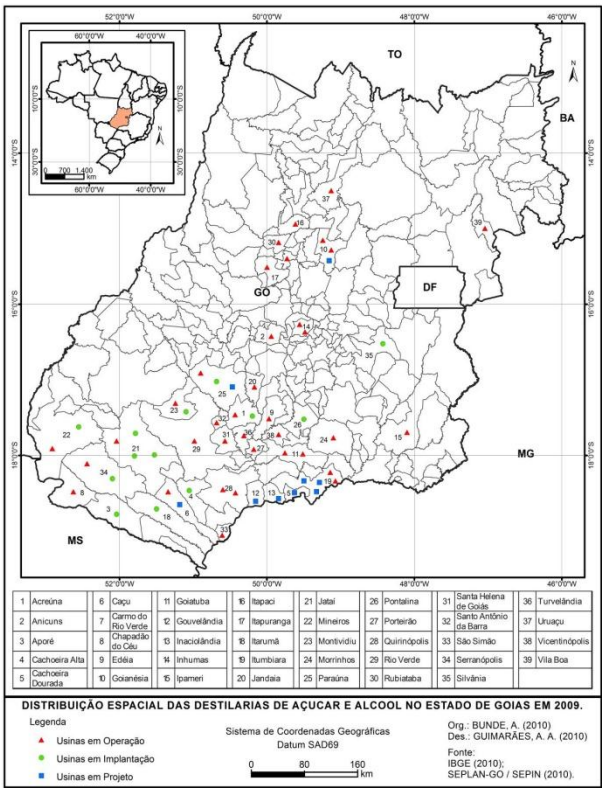
Nos Mapas 1 e 2, podemos identificar a distribuição da área plantada de cana por município e das destilarias, em Goiás.

[1] Dados disponíveis em: <http://www.dsr.inpe.br/canasat/>.

Mapa 1 – Distribuição da área plantada de cana de açúcar nos municípios do estado de Goiás – 2010.



Mapa 02 – Distribuição espacial das destilarias de açúcar w álcool no estado de Goiás – 2009.



A instalação das primeiras agroindústrias canavieiras em Goiás ocorreu no começo dos anos de 1980. Na safra de 2010 foram produzidos 2.895.249.000 litros de etanol. Para a fabricação de todo o etanol e o açúcar, no estado de Goiás, na safra 2010, segundo dados do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (SIFAEG), foram processados cerca de 46 milhões de toneladas de cana. Assim como a área plantada com cana, as agroindústrias canavieiras, no estado de Goiás, vêm se expandindo nos últimos anos, principalmente após o ano de 2005, quando, de menos de 20, as agroindústrias, saltaram para 36, em operação, em 2009. Além disso, diversas outras estão em fase de instalação e/ou de licenciamento e estudo e, somadas às já em operação, chegavam, em 2009, a 58.

Assim como a cana, há uma concentração do número de agroindústrias canavieiras em determinadas microrregiões do estado de Goiás, e, há uma tendência de crescimento em quatro das cinco microrregiões: na do Meia Ponte, na do Sudoeste de Goiás, na de Quirinópolis e na do Vale do Rio dos Bois, porque nelas estão localizadas 12 das 13 agroindústrias canavieiras em instalação e 8 das 9 em projeto, no ano de 2009, como mostra o Mapa 2.

Dos 46.606.531 de toneladas de cana que foram moídos, no estado de Goiás em 2010, 34.646.650 de toneladas são de origem própria e 11.959.881 de toneladas de fornecedores. Isso significa que, no estado de Goiás, 74% de toda a cana processada são produzidos pelas próprias empresas.

Faz parte das políticas do governo para a expansão da produção de etanol o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2009, segundo o qual, no Centro-Oeste do país existem cerca de 28 milhões de hectares de terra aptas para o cultivo da cana. Deste total, só no estado de Goiás, encontram-se 12,6 milhões de hectares, o que coloca Goiás na lista dos estados em que a tendência é manter o atual crescimento da área plantada nos próximos anos, caso o agronegócio dos agrocombustíveis continue obtendo sucesso. Esta expansão intensificará ainda mais as contradições já existentes, especialmente os impactos causados sobre as famílias camponesas. Mas, é justamente da consciência destas contradições que podem surgir e/ou se fortalecer as lutas por frações do território, especialmente pela permanência e/ou acesso a terra.

3 Os impactos da expansão da lavoura de cana-de-açúcar sobre as famílias camponesas

Para que se possa apreender, compreender e apontar alguns elementos para a reflexão sobre os impactos causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis para o campesinato no estado de Goiás, faz-se necessário utilizar-se algumas categorias de análise da Geografia, tais como espaço, território e territorialidade, considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

Transformar tudo em mercadoria faz parte da lógica capitalista. Mas, existem vários obstáculos a isso. Para Santos (2009), a terra torna-se o próprio obstáculo, porque, segundo explica Martins (1983), sem autorização de quem tem a posse ou a propriedade da terra, o capital não consegue subordinar a agricultura à sua lógica. Conforme Martins, o significado da terra para o camponês é que, para ele, terra é *terra de trabalho* e para o capitalista é *terra de negócio*. A terra de negócio (terra capitalista), além de ser um dos desdobramentos da propriedade privada, tem como objetivo garantir ao capital a exploração do trabalho quando o capital faz da terra um instrumento de exploração. Já a *terra de trabalho* (terra camponesa, terra de propriedade familiar) não tem como objetivo a exploração do trabalho de outrem. Por isso, afirma o autor, que não se pode confundir propriedade capitalista com propriedade familiar, pois, mesmo que ambas sejam de propriedade privada, seus objetivos são diferentes. Enquanto da primeira se visa tirar renda e capitalizá-la e nela se produz a partir da exploração

da força de trabalho, da segunda se visa obter a sobrevivência e nela se produz com o trabalho familiar. Está aí uma das características do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo.

Oliveira (1991) aborda em suas reflexões a produção capitalista no campo que utiliza relações capitalistas (assalariamento) e não capitalistas (sem assalariamento) de produção, a partir da categoria de análise geográfica "território" e mostra as contradições da formação territorial do campo no Brasil. A produção do território pela apropriação do espaço para o plantio de cana-de-açúcar para a produçao de etanol é uma das formas que tomou o agronegócio dos agrocombustiveis e, consequentemente têm levado à desterritorialização de famílias camponesas, além de causar outros impactos sobre essas famílias em Goiás.

As ações do capital, em todo tempo e lugar, são crivadas de contradições – o que é próprio de sua natureza –, o que esta pesquisa pôde constatar, como os impactos ambientais que o monocultivo da cana-de-açúcar e o processo de fabricação do açúcar e do etanol causam. Durante o plantio, o desenvolvimento e a colheita da planta ocorre grande aplicação de venenos. Mais problemas ambientais resultam da industrialização: os resíduos. Outra contradição é a disputa de terras. A pressão do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas leva *à* e/ou busca *a* expropriação do campesinato e/ou a agregação de territórios camponeses às empresas do setor.

Entre os impactos ambientais identificados, no estado de Goiás, durante os trabalhos de campo, a Microrregião de Ceres, entre os dias 14 e 15 de maio de 2009, é exemplos[2] o que vem ocorrendo na Comunidade Córrego da Boa Vista. Neste local, segundo F. C. dos S.[3], com a chegada da plantação de cana, há cerca de 5 anos, a vida das famílias camponesas tornou-se muito difícil. Caminhões passam na porta da casa formando uma nuvem de poeira, que causa doenças e ainda suja tudo, desde a casa onde se mora até as plantações. Não se consegue mais produzir, tamanha é a poluiçao causada pelo plantio e colheita da cana. Segundo ele, "A cana é uma desgraça. A poeira, a fumaça e *fulige* torna praticamente difícil de *vivê* aqui. *Nóis fica* doente. Tem problema respiratório" (camponês F. C. dos S., depoimento em 14/05/2009).

Ainda segundo as declarações de F. C. dos S.: "Aqui se produzia de tudo. Mas, agora, com a poeira dos caminhões que cai nas *planta* e contamina tudo e acaba *matano* as *planta*,

[2]Algumas destas entrevistas constam do artigo: *Os impactos do agronegócio dos agrocombustível sobre as famílias camponesas – município de Ipiranga de Goiás – Brasil*, publicado no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária: a questão (da reforma) agrária na América Latina, realizado na UFF entre os dias 29/10 a 02/11/09, em Niterói – RJ.

[3]Morador na Comunidade denominada de Córrego da Boa Vista. Entrevista realizada no dia 14 de maio de 2009, no município de Ipiranga de Goiás/GO.

além do veneno que é utilizado que mata até as árvores [...]". O mesmo camponês, F. C. dos S., dá continuidade ao seu relato:

> As árvores *tão* sendo *arrancada* e as águas *poluída*. Usam *venenos abortantes* que mata as *árvore.* Eles *bate* veneno na beira da cerca e acaba *matano* nossos *animal.* A cinza cai na comida, na roupa e estraga tudo. Aqui *nóis tinha* fartura e hoje não *temo* como *produzi* nem para *comê* porque *tá* tudo contaminado. Todo veneno aplicado vai *pará* no córrego e contamina tudo.

Podem-se constatar pelas Fotos 1 e 2 as declarações do camponês: um caminhão transportando cana-de-açúcar passando em frente à sua propriedade e as queimadas que são realizadas antes do corte, em área do município de Nova Glória (GO), próxima à sua residência.

Foto 1 - Comunidade Córrego da Boa Vista, município de Ipiranga de Goiás (GO): caminhão transportando cana-de-açúcar.



Autor: BUNDE, A., maio/2009.

Foto 2 - Município de Nova Glória (GO): homem queimando a cana-de-açúcar antes do corte.



Autor: BUNDE, A., maio/2009.

Outro exemplo que pode ser citado é o que vem ocorrendo na Comunidade Bom Jesus[4], onde, cercado pelo canavial, vive J. P. de M. F., com sua esposa e um filho. Tentando sobreviver do trabalho em seu pequeno pedaço de terra, relata seu sofrimento e sua luta para sobreviver diante dos impactos causados pela empresa Agro-Cana (ligada à Usina Vale Verde, com sede na cidade de Itapaci, (GO), que planta cana na região para a produção de etanol. Segundo ele,

> [...] o veneno da cana *tá prejudicano* tudo. Onde *derramaro* veneno até a bananeira *tá morreno*. Na minha terra nada dá bem por causa do veneno. O

[4] Entrevista e fotos realizadas por Altacir Bunde em 14 de maio de 2009.

> veneno que eles *mexe* é *brabo* demais. No milho o veneno não afeta muito, mas o arroz, o amendoim, o feijão não dá mais nada. O feijão que *prante*i, perdi tudo por causa do veneno. *Prantei* 40 *quilos* de feijão e não colhi nada.

Referindo-se à água de uma pequena represa ao lado da sua residência, J. P. de M. F. disse: "A água já pertence ao veneno. Estou com medo de *perdê* a água da mina, de *bebê* [...]". Conforme o camponês, "[...] aqui *tá* tudo cercado de cana. Quando queima, tapa tudo de cinza. Os *animal*, as *capivara*, morre tudo queimada [...]".

A senhora E. M. G. da S., esposa do senhor J. P. de M. F., sobre a plantação de cana disse: "Eu acho que a cana acaba com tudo. Acaba com a terra, com a água e com as *árvore*. A gente *pranta* os trem e não dá nada [...]". Perguntada sobre a causa, respondeu: "Acho que não dá nada por causa dos *remédio* que eles *bota* na cana, que *é* muito brabo".

Estes mesmos impactos também ocorrem em outras microrregiões do estado de Goiás para onde se expande a plantação de cana, por exemplo, no município de Itumbiara (GO), onde, segundo o Sr. J., residente na fazenda Boa Vereda, distante a 56 quilômetros da cidade de Itumbiara, as empresas do agronegócio dos agrocombustíveis na região "deram o combate e, do meu irmão, lá, *mataro* dois alqueire [...] *acabô* com o milho [...] os *pexe*, e o mato do meu pai. Lá vai *brotá* de novo [...] puseram fogo na cana e não avisou ninguém não, *queimô* tudo [...] até a cerca, *queimô* tudo". Testemunhou o entrevistado: "matou mil e quinhentos *pexe* do meu irmão, lá, com veneno [...] deu combate na roça e *pexe* de 3, 4 quilos morreu tudo, teve que pôr dentro da carreta do trator e *enterrá* tudo". Depois da chegada da cana, "hoje *nóis* só *pranta* milho [...] não dá mais nada [...] mandioca, feijão arroz, nem banana [...] nada produz por causa dos *veneno*" (entrevistado Sr. P., camponês, depoimento em 09/02/2010)[5].

Em muitos locais a aplicação dos venenos é feita de avião e, com o vento, eles se deslocam para as propriedades camponesas, que se encontram cercadas pela cana, e/ou até mesmo para as cidades, que também se encontram cercadas de cana. No município de Maurilândia (GO), moradores relataram, em conversas informais, as dificuldades enfrentadas por causa dos venenos que são aplicados na cana, bem como, da poeira e dos materiais particulados que caem sobre as residências. Esta cidade encontra-se totalmente cercada, por todos os lados, pela cana.

Mas, é claro que, a tudo o que vem ocorrendo, os camponeses não assistem de forma passiva. Nestas frações do território se estabelece um processo de luta. Conforme o camponês F. C. dos S. os moradores, na época da pesquisa, já haviam interrompido a estrada quatro

[5] Entrevista realizada por Altacir Bunde em 9 de fevereiro de 2011.

vezes para forçarem a empresa a aguarem-na para reduzir a poeira e a poluição. Os relatos dos entrevistados comprovam que o plantio e a colheita da cana-de-açúcar e a fabricação de açúcar e etanol causam grandes impactos sociais, econômicos e ambientais que comprometem o desenvolvimento de atividade agrícola pelas famílias camponesas e, por isso, afetam a produção de alimentos.

A disputa por terra entre famílias camponesas e empresas do agronegócio dos agrocombustíveis, via grandes projetos de lavouras de cana-de-açúcar, em alguns lugares de Goiás, têm uma proporção ainda mais dramática. De um lado estão as grandes empresas, buscando incessantemente o lucro, de outro, as famílias camponesas, que vivem nestas frações de território e precisam nele permanecer, sofrendo as piores consequências. Esses projetos, para se instalarem em um dado território, na maioria dos casos, precisam remover as famílias camponesas que ali residem, para, a partir daí, se apropriarem de suas terras.

Evidentemente esses projetos, por visarem somente o lucro, não trariam, como não trazem, nenhum benefício para as famílias camponesas. Ao contrário, buscam tirar-lhes o que de mais precioso eles têm e/ou desejam ter: a terra e seu território. Concorda com isso Martins:

> Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, [...] de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações [...]. Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que tem de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 2003, p. 61-63).

Para remover as famílias de seus territórios, a forma adotada, em muitos casos, é a da violência, tanto a praticada diretamente pelo capital ou indiretamente, com o apoio estatal. Historicamente "[...] a expansão capitalista não se fez sobre terra de ninguém". E as famílias, naturalmente, reagiram: "As vítimas, com frequência, impuseram ao capital e ao Estado, condições, exigências e limites – basicamente o reconhecimento de direitos pré-capitalistas, condições e origem dos direitos sociais modernos" (MARTINS, 1993, p. 66). Em Goiás as muitas vítimas, de várias formas, também reagem. Por exemplo, famílias que há mais de 5 anos ocupam uma área de cerca de 91 alqueires, no município de Bom Jesus (GO).

Esta área, conhecida como Fazenda Santa Juliana, segundo relatos dos ocupantes e conforme fotos do local, antes da ocupação, há cinco anos atrás, era abandonada, totalmente improdutiva. Mas, após a ocupação, as famílias camponesas começaram a desenvolver a agricultura e, atualmente, neste local se produz de tudo: planta-se arroz, feijão, milho,

mandioca, hortaliças etc., cria-se pequenos animais, produz-se leite, enfim, tudo aquilo que é necessário para a garantia da soberania alimentar das famílias e ainda excedentes. As Fotos 3 e 4 mostram como era a área antes de ser ocupada e após a ocupação.

Foto 3 – Área abandonada, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).



Autor: Foto cedida pelo STR, Itumbiara (GO).

Foto 4 – Área após ocupação, fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).



Autor: Foto cedida pelo STR, Itumbiara (GO).

Por esta área vem se travando uma grande disputa. Esta terra, que atualmente está ocupada por 21 famílias camponesas, encontra-se cercada de cana-de-açúcar por todos os lados e, a fim de se apropriar da mesma, segundo relato de acampados e lideranças locais, agroindústrias canavieiras da região vêm pressionando as autoridades para "tomarem providências", com o intuito de expulsarem as famílias camponesas do local. Como afirma Martins (1993), projetos capitalistas, têm como pressuposto, a destruição de formas de sobrevivência não capitalistas. As famílias que mantêm essas práticas, são empecilhos à viabilização de seus negócios, também são evidência de que há opção, de que o capitalismo não é o único modo de produção possível. Assim, os capitalistas, com o apoio do Estado, precisam acabar com esse "mau exemplo".

Segundo relato das famílias e de lideranças camponesas locais, foi justamente por este motivo que, no dia 31 de dezembro de 2010, de forma violenta, as famílias foram despejadas do local onde viviam há cerca de cinco anos. A expropriação ocorre porque é um "requisito da reprodução capitalista do capital" (MARTINS, 1981, p. 141). Durante a ação de despejo, as casas destas famílias foram totalmente destruídas, animais foram mortos e/ou soltos. A violência foi tamanha que não sobrou nada. Todas as benfeitorias que existiam no local foram completamente destruídas. As fotos 05 e 06 mostram os destroços e a tentativa de

reconstrução dos barracos pelas famílias expulsas, que retornaram ao local, após a desocupação.

Foto 5 – Restos de casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).



Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.

Foto 6 – Restos de casa destruída, área ocupada na fazenda Santa Juliana, município de Bom Jesus (GO).



Autor: BUNDE, A., fevereiro/2011.

Segundo relato da Srª. M. S. C. da S., para o despejo das famílias camponesas a justiça determinou a reintegração de posse, mas, essa reintegração foi concedida para quem não era proprietário da terra. Para a entrevistada: "[...] aproveitaram o momento de final de ano, quando o país estava sem governo, para praticar a ação". Ainda, a violência tem relação com uma usina da região, porque "[...] quem derrubou as casas dos *posseiro* que *tavam* lá há cinco anos foi as máquinas da usina Goiasa, para você *ve* tamanha a covardia", afirmou a entrevistada, visivelmente emocionada. E, após o despejo, continua ela: "eles *colocaro* pistoleiro na área para o pessoal não *voltá*" (M. S. C. da S. líder camponesa na região, depoimento em 09/02/2011).

Tudo que ali existia, foi totalmente destruído. Os camponeses reocuparam a área, mas os traumas da violência permanecem. Um dos sinais mais marcantes foi o depoimento de um morador local que, emocionado diante do barraco totalmente destruído, mostrava os destroços de brinquedos de sua neta, que não pôde tirar antes da casa ser demolida. Perguntado sobre o porquê fizeram isso, o Sr. D., respondeu:

> Eu acho que é a ganância por dinheiro, maltrata as pessoas, maltrata o ser humano, [...] é o dinheiro, a ganância do ser humano [...] a minha neta queria as bonecas, mas eles não *dexaro* ela *pegá* [...] *troxero* uma máquina que era um monstro, achava que *nóis* era uns *bandido* [...] a minha neta falô: "*vô*, o que eles vão *arrumá* pra nóis?" (camponês, depoimento em 09/02/2011).

A neta do entrevistado tem apenas quatro anos de idade a assistiu a demolição de sua casa e a destruição dos seus brinquedos. Segundo o avô entrevistado, a menina ficou com trauma pelo que aconteceu:

> [...] ela tá com trauma da escola, sabe? Pra *entrá* no ônibus, ela acha que é um trem, é um trator [...] então, a *vó* dela todo dia tem que í lá. Às *veiz* até *í* na escola com ela. Ela *pegô* trauma com o trem que entrou, a máquina que estragou o brinquedo dela, então ela acha que os *trem grande* assim, os *caminhão grande*, ela acha que é uma máquina *mau* que *estragô* os *brinquedo* dela. A gente *tá conversano* com ela, a professora, a diretora também *tá ajudano*, então *vamo vê* se ela esquece um pouco o trauma que ela teve (camponês, depoimento em 09/02/2011).

Mas, as famílias no local estão reconstruindo suas moradias, cuidando de suas plantações e alimentando a esperança de um dia ali poderem viver em paz, dignamente. Embora existam diversas formas de resistência nesta luta por frações de território, as ações coletivas, como das famílias sem-terras, parecem oferecer mais perigo ao capital, talvez por serem mais visíveis pela sociedade. Também por isso são mais violentamente combatidas.

No município de Rubiataba/GO também ocorre resistência e luta de famílias sem-terras, que se encontram acampadas, reivindicando acesso a um pedaço de terra para o trabalho de sobrevivência. A grande maioria das pessoas que estão acampadas, segundo relatos próprios, já trabalhou um dia no corte de cana e hoje está excluída dele. Essas pessoas encontraram, na luta pela terra, a alternativa e a esperança de vida. As Fotos 07 e 08 mostram os acampamentos de famílias sem-terras, no município de Rubiataba (GO) e Bom Jesus (GO), cercados, por todos os lados, pela cana-de-açúcar. A resistência que está ocorrendo na Microrregião de Ceres também pode ser constatada em outras microrregiões. É o caso da Microrregião do Meia Ponte, no Sul de Goiás, onde existem várias famílias acampadas e que vivem praticamente no meio do canavial.

A territorialização, pelo agronegócio dos agrocombustíveis, em Goiás, tem muitas contradições, inclusive a de que, em que alguns casos, a ação do capital leva à desterritorialização das famílias camponesas, mas, em outros, leva à sua territorialização. Diante disso, fica evidente que a expansão da área plantada com cana-de-açúcar provoca uma grande luta por frações de território e que pode levar à construção, positiva ou negativa, de novas territorialidades.

Foto 7 – Acampamento de sem-terras, município de Rubiataba (GO).



Autor: BUNDE, A., junho, 2010.

Foto 8 – Acampamento de sem-terras, município de Bom Jesus (GO).



Autor: BUNDE, A., fevereiro, 2011.

Para Oliveira (2007), a permanência e a luta pela permanência e/ou pelo acesso a terra, por frações do território, é "produto do próprio desenvolvimento do capital". Neste estudo, através da pesquisa de campo, pôde-se comprovar a veracidade dessa afirmação, o que, leva à conclusão de que no espaço, anterior ao território, ocorre um processo constante de construção/destruição/manutenção/transformação, permeado de contradições, para a manutenção ou formação de territórios.

As microrregiões geográficas do estado de Goiás onde se expande a plantação de cana-de-açúcar vêm passando por um processo de transformação que envolve no mínimo dois momentos distintos/contraditórios: a territorialização do agronegócio dos agrocombustíveis e a desterritorialização e/ou reterritorialização do campesinato.

Para Calabi e Indovina (1992, p. 57), "existe um uso do território, por parte do capital, diverso e sujeito a contínuas modificações, em correspondência com as diversas fases de desenvolvimento do processo produtivo". Segundo os autores, a formação de um território pela ação capitalista é repleta de intencionalidades e ações políticas, mas nele se materializa também a contradição do capitalismo. Assim, o uso específico do território (produção, circulação ou reprodução) pode ou não promover a expropriação e o desenraizamento social de grupos que mantêm práticas não capitalistas nesse território, conforme for conveniente para o capital no momento.

De todo o modo, porém, a apropriação do espaço (território camponês) pelo agronegócio dos agrocombustíveis para a plantação de cana-de-açúcar significa a destruição e a expropriação do território camponês e a construção, contraditória, de um território

capitalista. Este, por ser contraditório, leva à busca de reterritorialização camponesa nessa formação territorial, que é para o capital, um processo de (re)utilização da mesma fração do território para a garantia de menor custo de produção e a máxima garantia de lucro, o que leva à conclusão de que a expropriação, inevitavelmente, vai ocorrer, em maior ou menor grau, em diversos momentos desse processo e com formas diferentes. Por isso, a resistência e a luta da parte dos camponeses também vão ter formas e momentos variados de expressão.

A implantação de inovações técnicas e tecnológicas, dadas como novas formas produtivas, altera/vem alterando significativamente as relações sociais de produção e atingindo as relações dos camponeses com a *terra de trabalho*. É neste processo que são incorporadas, pelo agronegócio dos agrocombustíveis, a partir das necessidades dos mercados, frações de território ao processo de concentração do capital, pois o "território (na sua totalidade) não é 'outro' com relação ao 'processo capitalista', mas, ao contrário, este é usado e se transforma em função daquele processo geral" (CALABI; INDOVINA, 1992, p. 57). Portanto, o "novo" uso de uma dada fração de território pelo agronegócio dos agrocombustíveis faz parte da constante produção e reprodução do capital. O capital concebe, então, a terra e o território camponês como valor que deve ser apropriado por ele. Neste caso, o território é um elemento de valorização do capital.

Essa lógica, a da expropriação camponesa, é constituída *no* e *para* o capitalismo que, para se tornar hegemônico onde chega, exclui, marginaliza os modos de vida que se contrapõem a ele, mesmo que sejam, em força e intensidade, ao menos aparentemente mais fracos, porque o capitalismo alimenta a ideia de que o absoluto domínio dos recursos naturais fortalecem-no na sua totalidade porque garante sua produção e reprodução. Assim, o "desenvolvimento" capitalista não visa jamais contemplar as populações locais e os trabalhadores, visa, sim, atender o caráter produtivista e expansionista do capital. A ordem capitalista é: "a rápida inclusão de novos territórios e de matérias-primas de proporções ilimitadas" (LUXEMBURGO, 1985 p. 246).

Mas, as contradições geradas e as que vêm sendo geradas no capitalismo levam um espaço geográfico e/ou frações dele a apresentar diferentes paisagens (ou configurações territoriais) porque a materialidade é construída sob diferentes prismas (pelo menos parcialmente), sob diferentes relações de produção, fazendo com que haja sempre múltiplas territorialidades criadas e pertencentes a diferentes sujeitos sociais, que expressam suas racionalidades na (re) configuração do espaço. O fato de diferentes sujeitos sociais atribuírem diferentes sentidos a uma mesma fração do território acaba por gerar conflitos, exemplo do que é o caso em estudo, em que os territórios e/ou frações deles onde se desenvolve o plantio

da cana-de-açúcar não são os mesmos para os camponeses, que há anos vivem ali, e para o agronegócio dos agrocombustíveis, que ali busca se territorializar.

O antagonismo entre grupos humanos diferentes surge das diferentes funções dadas a um mesmo território por esses diferentes grupos. As famílias camponesas constituem seu território buscando, em primeiro lugar, sua sobrevivência, para o que precisam desenvolver, às vezes contraditoriamente, porque fazem parte de determinada sociedade, todas as dimensões da vida – econômica, cultural, social etc. O espaço que ocupam é seu espaço de vida, seu território, local de moradia e de trabalho, coletivo e individual, e que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos. E é no seu território que as famílias camponesas pensam a sua reprodução social. Para isso plantam roças, criam animais, constroem moradias, infraestruturas sociais, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios. É no espaço-terra que os camponeses tecem sua territorialidade.

Já, contrariamente a isso, o capital, ao se apropriar/organizar o território, nas suas relações puramente capitalistas, cria uma paisagem homogênea, morta – *um mar de cana* –, em que o espaço é o espaço da reprodução do capital, da geração de lucro, da expropriação camponesa, da exploração do trabalho e dos recursos naturais.

São racionalidades e objetividades totalmente distintas, contraditórias, as do capitalismo, embora inerentes a ele – mas são justamente as contradições do capitalismo que podem combatê-lo porque surgem os conflitos, o "entrechoque de concepções distintas [...] na luta por uma fração do território capitalista", como forma de resistência. E esse caráter conflituoso da situação se intensifica porque a resistência do campesinato significa a "luta por um outro território, não capitalista" (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

O "novo" uso do espaço, dado pelo agronegócio dos agrocombustíveis através do monocultivo da cana-de-açúcar em Goiás, vem transformando a vida das famílias camponesas num pesadelo, porque o poder concentrado, sob a forma do dinheiro, da propriedade privada, da tecnologia e da ideologia, faz com que o processo de desterritorialização/destruição das relações não-capitalistas de produção, a exemplo das comunidades camponesas, seja maior do que o de sua (re)territorialização/criação. Diante desta situação, não resta outra alternativa: para não desaparecer, a população camponesa do território precisa lutar, para *barrar* a ofensiva do capital ou para se territorializar em outros lugares com condições mais favoráveis para sua sobrevivência.

É essa ação política dos movimentos sociais que lutam pela permanência e/ou pelo acesso à terra que pode levar à manutenção e/ou recriação do campesinato. É a terra, e só ela,

que garante a territorialização e/ou reterritorialização das famílias camponesas. Na luta contra o capital no campo, a mobilização tem que ser permanente para se manter e/ou se ter acesso a terra. Mesmo com toda a violência que vem sendo posta e imposta sobre o campesinato pelo capitalismo, este não foi capaz de eliminá-lo. Sua resistência fez com que ele continuasse presente na história, nos dias atuais, inclusive nas sociedades capitalistas, em alguns locais com mais e em outros com menos força e presença. Diante disso, a análise dos impactos causados pelo agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás, pode ter mais de uma conclusão.

A primeira delas é a de que, de fato, Marx, Lênin e Kautsky tinham razão quando afirmaram que o campesinato é incompatível com o desenvolvimento do capitalismo no campo, dada a expulsão do campesinato verificada nos territórios onde se expande a plantação de cana-de-açúcar no estado de Goiás, identificada por nós durante nossa pesquisa de campo. Mas, também pode-se concluir que, seguindo as ideias de Luxemburgo, o campesinato é funcional ao agronegócio dos agrocombustíveis, pois, em muitos casos, os camponeses arrendam suas terras para estes capitalistas. Mas, então, como se explicaria a luta de resistência/permanência, a luta pela vida, nos territórios estudados, das famílias camponesas com ou sem terra? Isso só é possível caso se opte por analisar o campesinato como classe social e é por isso que concorda-se com as ideias de Shanin (1983), que argumenta que fatores econômicos cumulativos desagregam o campesinato, premissa esta construída a partir das análises das obras de Marx, Lênin e Kautsky; mas, se isso ocorre, diz o autor, ao mesmo tempo, fatores biológico-demográficos agregam o campesinato. Para isso o autor busca elementos de explicação em Chayanov; diz ele ainda que fatores políticos (política conjuntural) desagregam o campesinato, mas, ao mesmo tempo, o agregam (redistribuição de terra) e recriam-no e foi justamente isto o que foi identificado nesta pesquisa, ou seja, um processo de destruição e de recriação do campesinato.

4 Considerações finais

A expansão das áreas plantadas com cana-de-açúcar e a instalação de novas agroindústrias canavieiras apontam para o redesenho territorial do espaço agrário goiano, especialmente nas Microrregiões de Quirinópolis, do Meia Ponte, do Sudoeste, do Vale do Rio dos Bois e de Ceres, tendo em vista que a cana-de-açúcar vem ocupando áreas de pastagens e cultivos.

Respaldado por um discurso "*ambientalmente correto",* produzido a partir das possibilidades reais do fim dos combustíveis fósseis e da *crise ambiental*, contando sempre

com o apoio do Estado e ante a perspectiva de aumento da demanda interna e externa de etanol e açúcar, o capital nacional e internacional, em busca de sua reprodução ampliada, vem intensificando o controle e/ou apropriação de partes do território de Goiás.

Como resultado deste fenômeno, tem-se o acirramento da luta de classes travada pelo controle e/ou posse do território, colocando-se de um lado os capitalistas do agronegócio dos agrocombustíveis e, de outro, as famílias camponesas, com ou sem terra. Cabe salientar que também existem outros sujeitos envolvidos neste conflito, especialmente os trabalhadores assalariados do campo, entre outros.

Assim, o desafio para nós, pesquisadores, especialmente os da Geografia, é a apreensão e a compreensão da fase atual da luta de classes no campo e as alternativas que se apresentam para a resistência e superação camponesa da situação imposta pela lógica destrutiva do capital sobre as famílias, com ou sem terra. Esta superação somente virá a partir da constituição de um modelo alternativo ao que está posto, o capitalismo. Portanto, reconhece-se aqui o campesinato como elemento importante para a construção de uma sociedade em que a vida – toda a vida e por toda a vida – seja respeitada.

As discussões sobre o agronegócio dos agrocombustíveis e o campesinato ainda requerem grandes aprofundamentos teóricos e conceituais, para que não se fique somente na apreensão das contradições deste processo. É necessário qualificar este debate como ponto de partida para a defesa do território para a vida, cuja expropriação pelo capital permite a territorialização deste e, ao mesmo tempo, a monopolização de território, em prejuízo das famílias camponesas, de todo o povo e de muitos outros seres vivos.

REFERÊNCIAS

BUNDE, A. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás** [manuscrito]. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, *Campus* Catalão, Departamento de Geografia, 2011.

BUNDE, A.; MENDONÇA, M. R. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre as famílias camponesas – Município de Ipiranga de Goiás/Brasil**. Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 29/10 a 02/11/2009. Niterói – RJ.

CALABI, D.; INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território**. Revista do Departamento de Geografia da USP. N. 9, 1992, p. 57-66.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 1983.

MARTINS, J. de S. **O cativeiro da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. 1. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975. v. 1. 161 p.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I, V. II; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007, 184 p. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp. Acesso em: 15 fev. 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **Os agrocombustíveis e os alimentos**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Ariovaldo_Umbelino.doc.> Acesso em: 5 ago. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194 Oliveira Ariovaldo Umbelino.doc. Acessado em: 5 ago. 2009.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo e campesinato –** embates ideológicos e culturais em Colombo/PR. São Paulo. Tese de doutorado, 2009.

SHANIN, T. **La Classe Incomoda**. Madrid: Alianza Editorial,1983.

***Sites* Consultados**:

http://www.seplan.go.gov.br/sepin/

http://www.dsr.inpe.br/canasat/

http://www.portalunica.com.br

http://www.agricultura.gov.br/

http://www.udop.com.br

http://www.ibge.gov.br

http://www.canasat.com.br